

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ Nº 92.952.043/0001-95

Av. Praia de Belas, 1768 - Porto Alegre - RS



BALANÇO PATRIMONIAL

Conta	31/12/2023	31/12/2022	Conta	31/12/2023	31/12/2022
	R\$	R\$		R\$	R\$
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	7.317,78	2.997,01	CIRCULANTE	2.591.378,20	5.445.810,67
EQUIVALENTES DE CAIXA	7.317,78	2.997,01	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.591.378,20	5.445.810,67
Caixa Geral (4)	6.809,53	2.515,02	Fornecedores	42.324,34	4.805,62
Bancos Conta Movimento (4)	508,25	481,99	Obrigações Operacionais (10)	110.147,68	522.851,50
			Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais (11)	1.633.068,36	1.969.992,35
			Obrigações Tributárias a Recolher (12)	56.856,43	2.288.880,04
			Outros Passivos (14)	748.981,39	659.281,16
			NÃO CIRCULANTE	642.541.066,48	605.351.262,36
			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	642.541.066,48	605.351.262,36
			Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	1.708.373,15	2.403.687,77
			Obrigações Tributárias a Recolher (13)	0,00	3.053.034,73
			Provisões e Passivos Contingentes (15)	147.047.816,48	126.777.854,45
NÃO CIRCULANTE	187.040.739,02	178.653.332,76	Adiantamento p/Aumento de Capital Social (16)	478.906.829,58	459.706.829,58
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	175.348.764,88	166.559.222,05	Impostos Diferidos (8)	3.813.811,92	4.096.384,75
Depósitos Judiciais (6)	154.222.824,92	154.153.318,36	Outros Passivos (14)	11.064.235,35	9.313.471,08
Provisões Cíveis (7)	4.684.708,02	4.327.967,94			
Impostos Diferidos (8)	16.430.135,94	8.066.839,75	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-458.084.387,88	-432.140.743,26
Bens disponíveis para venda	11.096,00	11.096,00	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO (17)	193.337.426,39	193.337.426,39
			Capital Autorizado	350.000.000,00	350.000.000,00
INVESTIMENTOS	7.335,62	7.335,62	(-) Capital a Integralizar	-156.662.573,61	-156.662.573,61
Participações em Outras Sociedades	7.335,62	7.335,62	RESERVA DE CAPITAL	8.903.199,55	8.903.199,55
IMOBILIZADO (9)	11.684.638,52	12.086.775,09	Créditos p/Aumento de Capital	8.903.199,55	8.903.199,55
Bens em Operação	15.875.730,46	18.602.572,17	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (9.1)	7.951.805,70	7.951.805,70
Depreciações Acumuladas	-4.191.091,94	-6.515.797,08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.951.805,70	7.951.805,70
			LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	-668.276.819,52	-642.333.174,90
			Prejuízos Acumulados	-668.276.819,52	-642.333.174,90
TOTAL ATIVO	187.048.056,80	178.656.329,77	TOTAL PASSIVO	187.048.056,80	178.656.329,77

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO

Conta	31/12/2023	31/12/2022	Componentes	31/12/2023	31/12/2022
	R\$	R\$		R\$	R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	0,00	1.424.877,53	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receitas de Serviços	0,00	116.218,08	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-25.943.644,62	24.755.440,96
Venda de Produtos	0,00	1.308.659,45	AJUSTES AO RESULTADO LÍQUIDO:		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	0,00	-6.749,05	Depreciação do Exercício	-640.076,70	-32.924.222,53
Devoluções e Abatimentos	0,00	0,00	Ajuste de Exercício Anteriores	-640.076,70	-502.751,87
Impostos e Contribuições	0,00	-6.749,05		0,00	-32.421.470,66
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	1.418.128,48	AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO PASSIVO:		
CUSTO SERVIÇOS/PRODUTOS VENDIDOS	0,00	-110.309,40	Variação de Créditos e Estoques	0,00	12.250.975,80
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	0,00	1.307.819,08	Variação Realizável Longo Prazo	-8.789.542,83	-81.343.086,34
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	-32.285.643,52	51.727.678,55	Variação Passivo Circulante	-2.854.432,47	-17.770.018,72
Despesas c/Pessoal (18.1)	-8.003.096,95	-9.236.317,57	Variação Exigível a Longo Prazo	-2.280.157,91	-10.571.071,26
Materiais e Serviços (18.2)	-2.183.156,86	-2.478.681,05	Variação Provisões e Passivos Contingentes	20.269.962,03	28.473.829,97
Despesas Tributárias (18.3)	-424.303,42	-761.106,23	Aumento Adiantamento para Aumento de Capital	19.200.000,00	62.627.881,39
Depreciações	-640.076,70	-502.751,87	CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.545.828,82	-6.331.489,16
Outras Despesas Operacionais (18.4)	-21.282.913,03	64.473.801,90	FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Outras Receitas Operacionais (18.5)	247.903,44	232.733,37	Aquisições/Baixas de Ativo Imobilizado	1.042.213,27	14.491.340,81
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	-32.285.643,52	53.035.497,63	Aquisições/Baixas de Investimentos	0,00	1.598,60
Despesas Financeiras (18.6)	-387.866,57	-1.084.179,74	CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.042.213,27	14.492.939,41
Receitas Financeiras (19.7)	0,00	17,12	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	4.320,77	-7.331,32
RESULTADO OPERACIONAL	-32.673.510,09	51.951.335,01	SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	2.997,01	10.328,33
Outras Receitas/Outros Custos (19)	-1.916.003,55	-3.552.160,13	SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	7.317,78	2.997,01
PROVISÕES	8.645.869,02	-23.643.733,92	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	4.320,77	-7.331,32
Contribuição Social / IRPJ Diferidos	8.645.869,02	-23.643.733,92			
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-25.943.644,62	24.755.440,96			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CONTAS	CAPITAL SOCIAL			RESERVA DE CAPITAL	RESERVA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Capital Autorizado	Capital a Emitir e Subscriver	Capital Subscrito e Integralizado		Crédito p/Aumento de Capital	Reavaliação de Edificações	Reavaliação de Terrenos			Ajuste Patrimonial
Saldo em 31 de dezembro de 2021	350.000.000,00	-	156.662.573,61	193.337.426,39	8.903.199,55	-	-	11.276.642,38	637.991.981,88	424.474.713,56
Ajuste Patrimonial								3.324.836,68	3.324.836,68	-
Ajustes de Exercícios Anteriores								-	32.421.470,66	32.421.470,66
Resultado do Exercício								-	24.755.440,96	24.755.440,96
Saldo em 31 de dezembro de 2022	350.000.000,00	-	156.662.573,61	193.337.426,39	8.903.199,55	-	-	7.951.805,70	642.333.174,90	432.140.743,26
Ajuste Avaliação Patrimonial (11.1)								-	-	-
Resultado do Exercício								-	25.943.644,62	25.943.644,62
Saldo em 31 de dezembro de 2023	350.000.000,00	-	156.662.573,61	193.337.426,39	8.903.199,55	-	-	7.951.805,70	668.276.819,52	458.084.387,88

Sérgio Luiz Valmorbidia
Diretor-Presidente
CPF: 293.815.760-68

Leonardo Kramer do Prado
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 827.303.930-72

Marçal Duarte Velho
CPF: 652.413.980-15
Contador CRC/RS 76.513/RS

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA - EM LIQUIDAÇÃO é uma sociedade anônima de economia mista, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação – SEAPI, e tem no Estado do Rio Grande do Sul o seu acionista majoritário e seu sócio controlador. Foi criada em dezembro de 1952, com a finalidade de suprir o setor agrícola de uma infraestrutura de armazenagem, assegurar uma conveniente estocagem, tratamento e preservação de produtos confiados a sua guarda, regular o fluxo e facilitar a sua comercialização, e não está enquadrada como Empresa de Grande Porte, nos termos da Lei nº 11.638/07. A partir da publicação da Lei Estadual nº 15.183 de 16 de maio de 2018, a companhia deu início ao seu processo de liquidação extrajudicial, com o encerramento das atividades empresariais. Esta situação tornou a companhia integralmente dependente da administração direta, para o atendimento dos seus compromissos financeiros e para efetivação dos atos da sua liquidação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS:

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76, adotando as alterações promovidas pelas Leis: 11.638/07 e 11941/09 e dentro de nosso contexto
b) As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis(CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade(CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

- a) Os Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.
b) A fim de atender as determinações da Lei 11.638/2007 e legislações fiscais pertinentes foi realizado o inventário ou Levantamento Físico de todas as unidades da CESA, com a conciliação físico x contábil, processo pelo qual se fez a auditoria e saneamento da base contábil, apontando as sobras contábeis a serem segregadas do processo de análise e baixadas, excluindo dos reflexos contábeis as depreciações de bens inexistentes.
c) A obrigatoriedade da realização do inventário está contida no item 34 do ICPC 10 que determina a necessidade da verificação in loco para a localização física e correlação com os registros contábeis ou razões auxiliares, pois os resultados do inventário patrimonial podem trazer números inesperados, ou seja, sobras contábeis em quantidades relevantes que impactem de forma significativas nos resultados contábeis e, por consequência, refletindo nos resultados dos trabalhos.
d) Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade pode identificar bens ou conjuntos de bens de valores
e) Apuração do Resultado: o resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.
f) Estoques: o estoque de insumos e material de consumo é avaliado pelo método Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS) e os estoques de produtos agrícolas próprios e consignados (terceiros) são avaliados ao preço de mercado.
g) As demonstrações financeiras seguem ainda, as orientações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição.

4. CAIXA E BANCOS:

Refletem os saldos existentes nas unidades no encerramento do Balanço Patrimonial em 31/12/2023. O saldo de R\$ 7.317,78 na conta de outras disponibilidades, referem-se ao saldo em caixa e banco que a companhia possui em seu poder de liquidez imediata.

5. CRÉDITOS DE CLIENTES:

A companhia não possui saldo a receber de clientes para o exercício de 2023, haja vista o encerramento do exercício da atividade empresarial.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS:

A conta Depósitos Judiciais decorrente de interposição de recursos e pagamentos realizados através de depósitos judiciais, e está composta por:

Depósitos Judiciais	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais Trabalhistas	3.094.910,38	3.560.705,82
Acordo Trabalhista Sagers Processo 0037300-45.2005-5.04.0014	148.499.547,54	148.499.547,54
Outros Depósitos	2.628.367,00	2.093.065,00
TOTAL	154.222.824,92	154.153.318,36

OBSERVAÇÃO: O valor de R\$148.499.547,54 decorre dos pagamentos realizados através de depósito judicial, no bojo do processo coletivo trabalhista nº 0037300-45.2005-5.04.0014, onde a CESA firmou acordo judicial com o Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul – SAGERS, para quitação de crédito trabalhista.

7. PROVISÕES CÍVEIS

O valor de R\$4.683.708,02 se trata de processos impetrados pela Companhia em face pessoas físicas e jurídicas. O valor reconhecido como provisão representa a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. A melhor estimativa do gasto necessário para a extinção da obrigação presente corresponde ao valor que a entidade racionalmente receberia/pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro. As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à divulgação das demonstrações contábeis.

Quando uma única obrigação estiver sendo mensurada, o resultado individual mais provável pode ser a melhor estimativa do passivo.

Quando a provisão mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação é estimada ponderando-se todos os possíveis resultados. Este método estatístico corresponde ao "valor esperado".

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos estão assim composto:

Impostos Diferidos	31/12/2023	31/12/2022
CSLL Contingências Cíveis / Trabalhistas	4.349.153,63	2.135.339,93
IRPJ Contingências Cíveis / Trabalhistas	12.080.982,31	5.931.499,82
ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.430.135,94	8.066.839,75
CSLL mais valia imobilizado	1.008.097,56	1.084.337,14
IRPJ mais valia imobilizado	2.800.271,02	3.012.047,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.808.368,58	4.096.384,75

9. IMOBILIZADO

Os valores do imobilizado após a adequação a Lei 11638:

Imobilizado	31/12/2023	31/12/2022
Equipamentos	2.762.448,77	2.658.537,76
Material Permanente	31.921,81	229.122,80
Edificacoes	3.886.059,44	11.146.155,15
Terrenos	9.189.138,45	4.562.594,47
Veiculos Automotores	6.161,99	6.161,99
BENS EM OPERAÇÃO	15.875.730,46	18.602.572,17
Depreciacoes Acumuladas de Equipamentos	-2.200.021,25	-1.988.151,43
Depreciacoes Acumuladas de Material Permanente	-28.872,15	-221.471,86
Depreciacoes Acumuladas de Edificacoes	-1.956.036,55	-4.300.011,80
Depreciacoes Acumuladas de Veiculos	-6.161,99	-6.161,99
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-4.191.091,94	-6.515.797,08
TOTAL IMOBILIZADO	11.684.638,52	12.086.775,09

9.1. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O Ajuste de avaliação está refletindo as movimentação relacionadas as baixas das unidades vendidas, deduzido dos seus impostos diferidos conforme quadro abaixo

AValiação Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado Valor Original	627.980,44	38.584,63
Imobilizado Valor Societário	15.875.730,46	12.086.775,08
Mais Valia Apurada	15.247.750,02	12.048.190,45
IRPJ Diferido Mais Valia	1.008.097,56	3.012.047,61
CSLL Diferido Mais Valia	2.800.271,02	1.084.337,14
Reserva de avaliação patrimonial	11.439.381,44	7.951.805,70

10. OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS:

O saldo de Obrigações Operacionais está assim composto:

Obrigações Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Credores Operacionais	110.147,68	522.851,50
TOTAL CIRCULANTE	110.147,68	522.851,50

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS:

As Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais estão compostas por:

Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	31/12/2023	31/12/2022
Acordos Trabalhistas a Pagar	1.290.955,58	1.484.943,79
Salários e Encargos Sociais a Pagar	116.903,88	74.470,78
Provisões de Férias e Encargos Sociais	225.208,90	410.577,78
TOTAL CIRCULANTE	1.633.068,36	1.969.992,35

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PARCELAMENTOS A RECOLHER:

As Obrigações Tributárias apresentam a seguinte composição:

Obrigações Tributárias e Parcelamentos a Recolher	31/12/2023	31/12/2022
Tributos Federais Retidos	2.285,48	10.993,49
IPTU a Recolher	53.596,63	-
IRRF a Recolher	-	-
IRRF - Parcelamento	0,00	0,00
ISSQN a Recolher	974,32	914,90
INSS - Parcelamento	-	1.452.089,97
Parcelamento Simplificado-IRPJ Fonte-PGFN	-	824.881,68
TOTAL CIRCULANTE	56.856,43	2.288.880,04

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PARCELAMENTOS A RECOLHER: (continuação)

Obrigações Tributárias e Parcelamentos a Recolher	31/12/2023	31/12/2022
IRRF - Parcelamento	0,00	1.164.259,74
INSS - Parcelamento	-	1.888.774,99
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	3.053.034,73

A companhia optou pelo reparcelamento dos impostos no Programa Especial de Regularização Tributária-PERT Lei 13.496 de 24/10/2017, desistindo dos parcelamentos oriundos da Lei 11941/2009 como condição para aderir ao PERT nas modalidades Demais Débitos RFB, Débitos Previdenciários RFB, Demais Débitos PGFN e Débitos Previdenciários PGFN, para a obtenção de todos os descontos fiscais. As rotinas de compensação dos débitos com o prejuízo fiscal da Cesa foram praticadas no início de 2018 junto a PGFN e após meados de 2018 junto a RFB, com retorno positivo tanto da PGFN como da RFB. O deferimento da quitação dos débitos junto a RFB ocorreu no início de 2019, enquanto o deferimento da quitação dos débitos junto a PGFN não ocorreu ainda. Para manutenção do enquadramento no PERT junto a RFB e PGFN, foram necessários os parcelamentos de INSS e IRRF durante 2019 e 2020. No exercício de 2023 a companhia antecipou valores e liquidou os parcelamentos de INSS e IRRF.

14. OUTROS PASSIVOS:

Os saldos de R\$ 659.281,16 (Circulante) e R\$ 9.313.471,08 (Não Circulante) são compostos pelas seguintes contas:

Obrigações por Instrumentos Particulares e Financiamentos	31/12/2023	31/12/2022
Fundação Silius - Div. Parcelada (a)	552.568,16	552.568,16
Fundação Silius - Contribuição Extraordinária 2019/2020/2021	196.413,23	106.713,00
TOTAL CIRCULANTE	748.981,39	659.281,16
Fundação Silius - Div. Parcelada (a)	7.923.348,40	7.923.348,40
Fundação Silius - Contribuição Extraordinária 2019/2020/2021	3.025.153,47	1.390.122,68
TOTAL NÃO CIRCULANTE	10.948.501,87	9.313.471,08

OBSERVAÇÃO: (a) Saldo existente derivado do "instrumento particular de repactuação, confissão de dívida e outras avenças", firmado em 30 de setembro de 2002, o qual está com sua exigibilidade suspensa judicialmente (vide nota 16-1). (b) Parcelamentos junto a Fundação Silius e Armazéns de Seguridade Social, os quais possuem a natureza de "contribuições extraordinárias para recomposição do déficit patrimonial apurado nos anos 2019, 2020 e 2021", conforme relatórios atuariais produzidas pela entidade fundacional, com suporte técnico atuarial da empresa Mirador Assessoria.

15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES:

A Companhia possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas provisões estão assim constituídas:

Provisões e Passivos Contingentes	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	36.235.352,60	12.588.992,88
Cíveis	12.088.576,64	15.464.974,33
Trabalhista Processo nº 0037300-45.2005.4.04.0014¹	98.723.887,24	98.723.887,24
Totais	147.047.816,48	126.777.854,45

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, como resultado de eventos passados e é provável ou possível que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

No tocante as contingências judiciais, a companhia efetivou o pagamento de ações trabalhistas individuais através dos condomínios de credores em andamento junto ao Juizado Auxiliar de Execução do Tribunal Regional do Trabalho – TRT-4, e especialmente a ação coletiva trabalhista nº 0037300-45.2005.5.04.0014, onde litiga com o Sindicato dos Auxiliares de Administração Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul, através da alienação de patrimônio imobiliário da companhia, em leilões judiciais conduzidos pelo poder judiciário. Desta feita, o pagamento das verbas decorrentes de reclamatórias trabalhistas contribuíram diretamente na diminuição de contingências previstas no exercício anterior.

1) Processo nº 0037300-45.2005.4.04.0014¹

Pontualmente, a reclamatória trabalhista de nº 0037300-45.2005.4.04.0014, a qual tramita na 14ª Vara do Trabalho da capital, ajuizada pelo Sindicato dos Auxiliares em Administração de Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul – SAGERS, é a ação trabalhista de maior impacto econômico na Companhia. Na referida ação, a CESA acordou em 2016 o pagamento do valor de R\$ 117.942.473,00, em parcelas mensais de 10 mil reais a cada substituído, atualizados monetariamente pelo INPC do mês anterior. Sobre estes valores devem ser apurados ainda e sob responsabilidade de pagamento da CESA, as contribuições de INSS e IR, as quais originalmente deveriam ser retidas em folha. Para pagamento desta obrigação, a CESA já aportou nos autos R\$148.499.547,54 ao longo dos anos, com estes valores sendo obtidos em parte com a alienação do patrimônio imobiliária da companhia, parte com aporte feito pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de AFAC, e ainda, pequena parte, através de recursos obtidos com a atividade empresarial da companhia, enquanto esteve ativa prestando serviços (nota 6). O valor provisionado prevê a provável necessidade da companhia arcar com o pagamento dos valores decorrentes de multa processual por atraso no pagamento do parcelamento acordado, atualização monetária das parcelas inadimplidas

2) Parcelamentos e formação de condomínios:

Além do acordo, a empresa prosseguiu com o aporte de valores nos dois condomínios de credores em andamento junto ao JAE-TRT-4, visando o pagamento das ações trabalhistas individuais.

Atualmente a Companhia mantém 3 (três) condomínios ativos, um para pagamentos de Custas Judiciais no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano, um segundo para ações com representação do Escritório Barata Silva e Advogados Associados, este no valor de R\$ 1.320.000,00 (um milhão, trezentos e vinte mil reais) por ano, e um terceiro para credores representados pelo SAGERS, o qual obtém recursos oriundos de alienações patrimoniais e depositados junto ao JAE.

3) Litígios com a Fundação Silius e Armazéns de Seguridade Social:

A CESA litiga em duas ações judiciais com a Fundação SILIUS, as quais tramitam na justiça estadual do Estado do Rio Grande do Sul. Em razão das decisões proferidas nos feitos, a gestão reclassificou o risco de perda dos processos, considerando que as decisões tornaram o título executivo não líquido e certo. Considerando o debate judicial em andamento, especialmente acerca do pagamento da obrigação firmada no bojo do "instrumento particular de repactuação, confissão de dívida e outras avenças", pactuado em 30 de setembro de 2002, o qual embasa todas ações judiciais. A reclassificação impactou substancialmente a provisão para pagamento da obrigação nos processos judiciais, reduzindo o valor total das contingências cíveis em R\$71.056.076,20 milhões de reais, considerando que a ação nº 50362548720218210001 possui o valor inicial de R\$47.097.674,80, e a ação nº 5035045-54.2019.8.21.0001 possui o valor inicial de R\$33.886.309,81. Considerando que ambas são instruídas com o mesmo título de crédito, a gestão manteve a provisão de R\$9.927.908,41. As provisões são feitas de acordo com os preceitos legais.

16. ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL:

O Saldo de R\$ 478.906.89,58 refere-se a AFAC efetuado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

17. CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social autorizado da Companhia é R\$ 350.000.000,00 estando subscrito e integralizado R\$ 193.337.426,39 e a emitir R\$ 156.662.573,61 cuja composição acionária está assim composta:

Acionistas	Tipos de Ações	Quantidade	R\$	Participação (%)
Estado do Rio Grande do Sul	ON	815.323.526.715	193.204.779,57	99,931391
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	ON	341.082.874	80.825,36	0,041805
Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE	ON	197.614.574	46.828,16	0,024221
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	ON	21.050.225	4.988,15	0,002580
Outros Acionistas	PN	21.738	5,15	0,000003
Totais		815.883.296.126	193.337.426,39	100,000000

18. CONTAS DE RESULTADO:

As contas de resultado estão agrupadas segundo sua natureza para melhor demonstração, assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
18.1 Despesas com Pessoal		
Proventos e Honorários	6.819.346,59	6.821.623,40
Previdência Social	810.240,97	1.129.208,03
Assistência Social	37.957,93	61.021,57
FGTS	172.648,64	943.102,32
Vale Alimentação e Transporte de Funcionários	162.902,82	281.362,25
Totais	8.003.096,95	9.236.317,57

	31/12/2023	31/12/2022
18.2 Despesas com Materiais e Serviços		
Despesas com Serviços de Terceiros	1.473.948,21	1.586.325,94
Despesas com Conservação e Funcionamento	275.124,61	265.556,36
Despesas com Expediente	419.225,03	435.951,25
Despesas com Publicações Legais	-	30.302,00
Despesas com Locomoção	3.470,25	20.123,63
Despesas Administrativas	8.624,86	9.498,66
Despesas com Custas, Taxas e Emolumentos	2.763,90	130.923,21
Totais	2.183.156,86	2.478.681,05

	31/12/2023	31/12/2022
18.3 Despesas Tributárias		
Tributos e Taxas Diversas	220.851,76	482.531,35
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	203.451,66	271.182,02
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	7.392,86
Totais	424.303,42	761.106,23

	31/12/2023	31/12/2022
18.4 Outras Despesas Operacionais		
Despesas com Sentenças Trabalhistas e Cíveis	3.043.511,89	7.633.774,76
Processos Cíveis - Passivos Contingentes	-3.733.137,77	-71.495.565,35
Processos Trabalhistas - Passivos Contingentes	21.943.313,05	-4.284.080,14
Despesas com Ex-Autárquicos	0,00	3.668.601,51
Despesas com Custos e Taxas Processuais	29.225,86	3.467,32
Totais	21.282.913,03	-64.473.801,90

	31/12/2023	31/12/2022
18.5 Outras Receitas Operacionais		
Outras Receitas	247.903,44	232.733,37
Totais	247.903,44	232.733,37

O valor de Outras Receitas R\$ 168.671,12 é composto por receitas provenientes de aluguel de espaço junto a diversas filiais, incluindo o aluguel de filiais.

	31/12/2023	31/12/2022
18.6 Despesas Financeiras		
Comissões e Despesas Bancárias	20.341,04	605,21
Multas e Encargos	161.290,83	265.842,19
Juros e Atualização sobre Valores Pagos e Incorridos	206.234,70	814.079,49
Multas indedutíveis	0,00	3.652,85
Totais	387.866,57	1.084.179,74

	31/12/2023	31/12/2022
18.7 Receitas Financeiras		
Descontos Recebidos	17,12	17,12
Totais	17,12	17,12

19. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

As despesas não operacionais no valor de R\$ 1.916.003,55 são resultantes das baixas de bens do ativo imobilizado, oriundas da venda das filiais.

Sérgio Luiz Valmorbida
Diretor-Presidente
CPF: 293.815.760-68

Leonardo Kramer do Prado
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 827.303.930-72

Marçal Duarte Velho
CPF: 652.413.980-15
Contador CRC/RS 76.513/RS